

## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontinuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontinuos@dirbi.ufu.br).

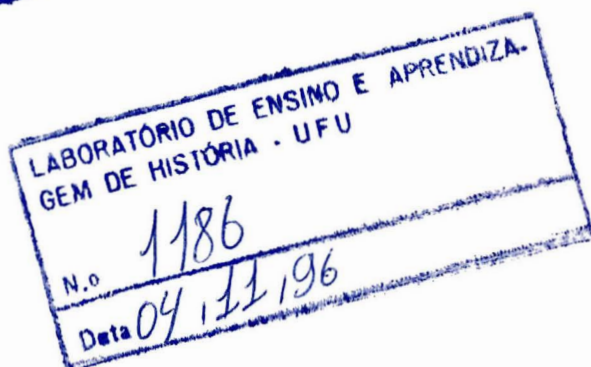
1636

S. 9(c)

RELAÇÃO DE MONOGRAFIAS DE 1988, (CURSO DE HISTÓRIA)

- A Ideologia disciplinar do Espaço Urbano: Os Hansenianos de Uberlândia.  
Luiz Angelo de F. Fonseca.
- As comunidades Eclesiais de base no processo de Urbanização de Uberlândia.  
Paulo Roberto de O. Santos.
- Associação de Moradores do conjunto habitacional Santa Luzia em Uberlândia  
Rosa Maria de Oliveira
- Reivindicações populares das Associações dos bairros Jardim das Palmeiras e Tocantins.  
Adilson Caetano da Silva.
- "Democracia Participativa", sua lógica e sua prática.  
Cires Canísio Pereira.
- A questão ambiental no Contexto urbano de Uberlândia: 1980 a 1988.  
Ednalúcia M. dos Santos.
- Urbanização e Sindicalismo em Uberlândia - 1979 a 1980.  
Eliêne Girôldo.
- Urbanismo e meio ambiente. Conflito ou harmonia?  
Miriam Alves das Santos.
- A Juventude dos movimentos Espiritualistas da Igreja Católica de Uberlândia - 1965 a 1984.  
Wolney Honório Filho.

\*\*\*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA  
CAMPUS SANTA MÓNICA - Bloco 1 G (Antigo Mineirão).  
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º  
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. - BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DISCIPLINA: HISTÓRIA DO BRASIL VII  
ALUNO: GISELE CARVALHO FERREIRA

"DEMOCRACIA PARTICIPATIVA", SUA LÓGICA E SUA PRÁTICA

## ÍNDICE

	pg.
I. Introdução .....	03
II. Algumas reflexões sobre urbanismo no Brasil.....	03
III. Urbanização em Uberlândia .....	05
IV. A "Democracia participativa" em Uberlândia.....	07
V. Considerações Finais.....	21
VI. Bibliografia.....	23

## I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a administração Zaire Rezende, intitulada "Democracia Participativa", que se inscreve entre os anos de 1983 e 1988, na cidade de Uberlândia (MG), destacando-se a questão do urbanismo como um elemento central de investigação.

Desta forma, é necessário compreender o conceito de urbanismo e como se dá a relação entre o urbano e o Estado. A partir deste momento se impõe atentar para o entendimento de como se coloca o processo de urbanização em Uberlândia; como também verificar a postura do governo Zaire Rezende frente ao tema urbanismo. No entanto, enfatizo que a urbanização está inserida num projeto de administração mais amplo, e portanto é necessário investigar este projeto como um todo. Neste sentido convém aprofundar a análise do que vem a ser "Democracia Participativa", resgatando seu discurso e sua prática; como também suas contradições, de um lado, entre o discurso e a prática do próprio governo, e de outro, as contradições geradas no seio do movimento popular em Uberlândia.

## II. Algumas reflexões sobre urbanismo no Brasil

Urbanização é o processo de aglutinação de indivíduos em um determinado espaço, visando a operacionalização das relações sociais. Na nossa sociedade, estas relações se dão a partir da organização da produção no modelo capitalista. Parte do entendimento de que as relações na esfera da produção se dão a partir da dominação dos proprietários dos meios de produção frente aos produtores diretos (trabalhadores assalariados). Faz-se necessário a organização da circulação da produção e do comércio urbano, enquanto um ponto privilegiado de compra e venda, através de leis regulamentadoras, assim como serviços de infra-estrutura para a efetivação das relações comerciais e de produção. Daí a necessidade do gerenciamento, da figura do Estado e do administrador.

Mas nos ateremos a verificar como se deu no Brasil esta relação entre o Estado e o Urbano, sendo o urbano não desvinculado da produção agropecuária, que, para nossa verificação significa a extensão da organização produtiva. Portanto, o meio rural, não esquecendo suas es

peculiaridades, é entendido como a extensão do urbano: "As diferenças entre urbano e rural são, em última instância, promovidas pela divisão social do trabalho" (OLIVEIRA, 1982); onde são atribuídas a determinadas pessoas, trabalhos específicos. Verificamos a extração vegetal, animal e mineral no espaço rural; e na cidade, atividades como: transformação de bens (manufatura e maquinofaturas), circulação de bens e prestações de serviços gerais (bancários, médicos, administradores, etc).

No Brasil predominaram-se, a partir da década de 30, poucos e grandes aglomerados populacionais, sobretudo no centro-sul do país, devido ao crescimento do parque industrial (OLIVEIRA, 1982). São com estas caracterizações que nós ateremos à relação entre Estado (administração pública) e espaço urbano.

Nas cidades o papel da administração pública é de regulamentar a circulação de bens e serviços, a partir da organização do espaço urbano, promovendo a fixação humana e contruindo as condições de saneamento, saúde, transporte coletivo e habitação, basicamente (isto se dá através da arrecadação de diversos impostos). No Brasil as cidades acumulam a condição de sede do capital comercial e industrial, e, naturalmente, sede administrativa. Do ponto de vista das relações de produção, este novo urbano, ou melhor, a relação entre o Estado e o urbano, consiste precisamente no aspecto mais crucial dele, que é a regulamentação das relações entre capital e trabalho.

A partir dos anos 30 verificamos o fomento intensificado da industrialização, e o poder político comprometido com esta. O Estado aparece como o regulador das tensões do capital e trabalho; favorecendo os interesses capitalistas. Em toda a história política do Brasil encontramos as classes despossuídas (trabalhadoras) assumindo o controle do aparelho do Estado, o que quer dizer que a organização do espaço urbano nunca favorece a fixação e melhores condições de existência da classe trabalhadora. Isto redefine qualitativamente o Estado no capitalismo (monopolista), na medida em que o Estado não é (e nunca foi) uma instituição que paira sobre as classes. Pelo contrário, o Estado sempre foi uma instituição da dominação de classe; seu poder sempre atendeu aos interesses dos patrões nacionais e internacionais. Os governantes são colocados de acordo com os interesses de uma fração da classe proprietária, dependendo do poder econômico e político desta, bem como das condições históricas de cada época.

### III. URBANIZAÇÃO EM UBERLÂNDIA

Consideramos que o espaço urbano traz em si uma dominação de classe, na medida em que ele se organiza, através do Estado, com base no poder de compra do indivíduo (OLIVEIRA, 1982); e sabemos também que são os indivíduos das classes possuidoras (burguesia) os habilitados a gozarem dos "melhores espaços". Cria-se a repartição dentro do próprio urbano, onde os lugares melhores localizados são destinados aos ricos, enquanto que os lugares desprovidos de condições mínimas (marginais ou periféricos) são destinados e impostos para a classe trabalhadora.

Em alguns espaços urbanos, inclusive Uberlândia, encontramos o local da produção, os chamados distritos industriais e os centros comerciais, localizados em áreas pré-estabelecidas, distanciadas entre si e longe das moradias dos trabalhadores. Toda esta "geografia urbana" obviamente dificulta o acesso destes trabalhadores à sua atividade cotidiana, obrigando o aparecimento de serviços urbanos, tais como: transporte coletivo e pavimentação de grandes corredores (vias públicas), o que resulta em comercialização destes serviços (zona azul, asfalto, transporte privado e público, água, luz, esgoto, etc), desobrigando o Estado e os empresários de arcarem com este ônus.

③ Azael Rangel de Camargo comenta que tais serviços, longe de serem oferecidos gratuitamente para a população trabalhadora, como condição necessária para auxiliar na produção de bens, são, ao contrário, exteriorizados e "democraticamente" repartidos os seus custos (CAMARGO, p.111-148). Desta forma, quando é preciso fazer ou prestar serviços, decorrentes da racionalização da produção no espaço urbano, estes são pagos. Mas quando (e sempre acontece) o lucro é extraído da produção este não é 'democraticamente' socializado.

Para a compreensão da realidade, hoje, em Uberlândia, é necessário assinalar - pelo menos em parte - como foi organizado o espaço urbano nesta cidade, assim como as políticas desenvolvidas pelo poder político administrativo local, a partir da metade do século XX (o corte cronológico é feito pelo fomento de industrialização de Uberlândia, sobretudo alimentícia). Tal dado está ligado à política da administração federal, na década de 50, pelo Governo de Juscelino Kubitschek, através de seu plano de metas, ou seja, promover a industrialização no sul e sudeste, e integrar o Norte, Nordeste e Centro-oeste por uma extensa



malha rodô-ferroviária. O sudeste, possuindo uma infra estrutura acumulada pelo capital cafeeiro, e sua constante urbanização, fez com que o capital monopolista penetrasse e promovesse o desenvolvimento de parques industriais, mercados e concentração de trabalhadores. Para se ter uma idéia, entre 1950 e 1970, a urbanização do Sudeste passa de 47,5 a 72,7%, respectivamente (GOLDENSTEIN E SEABRA, 1982).

Uberlândia torna-se um significativo entreposto comercial, pelo fato de ter sido beneficiada com a feitura da malha rodo-ferroviária. A escolha desta cidade se deu por dois aspectos:

1. Uberlândia está situada numa rica região agropecuária e mineral ( Triângulo Mineiro).

2. Equidista de grandes centros industriais: São Paulo, Belo Horizonte e Goiânia.

A cidade terá um crescimento exorbitante, o que significará em a uma composição peculiar no que se refere às classes sociais. A classe trabalhadora não tem uma tradição de luta, suas direções políticas e sindicais atuam de forma assistencialista e corporativista. A classe patronal, em sua maioria composta por empresários agroexportadores e por industriais do ramo alimentício, esteve sempre à frente do poder político-administrativo (Ver: NIZIA - capítulo sobre democracia participativa em UDI, UFU).

A composição do espaço urbano, guarda uma característica comum de outros centros urbanos, isto é, a população de baixa renda é fixada nas zonas periféricas da cidade. A infra-estrutura de Uberlândia sempre foi debilitada e de baixa qualidade, devido à especulação imobiliária, onde as administrações públicas preocupavam-se em organizar o periférico para valorizar o imóvel ou o terreno localizado no centro e bairros próximos.

#### IV. A "DEMOCRACIA PARTICIPATIVA" EM UBERLÂNDIA

A disputa política sempre foi uma "guerra" de famílias das elites possuidoras. Porém, será em 82 que a cidade assiste a uma disputa que de certa forma tem um elemento inovador, ou seja, uma fração da classe dominante que até então não participava da disputa eleitoral, ligada a Ronan Tito, Zaire Rezende e Orestes Gonçalves.

No PMDB surge um grupo de pessoas que reivindicam o poder político-administrativo do município, a partir de um referencial, isto é, "uma gestão voltada para os interesses populares" que auto intitulava-se "Democracia Participativa". A vitória deste grupo se dá num contexto de abertura política, onde a ditadura militar se curvou perante o descontentamento popular, que desembocou no apelo nacional das "diretas já". O PMDB, como sendo o maior partido de oposição à ARENA, com propostas "democráticas", teve um saldo positivo (quantitativamente) no processo eleitoral. O PMDB juntamente com a dissidência do PDS (anti-Maluf) formam a chamada "Aliança Democrática" (PMDB - PFL e os PCs), que levou Tancredo Neves ao poder da República, via colégio Eleitoral restrito (a câmara e o senado); significando um outro golpe para a população que exigia "diretas já".

Segundo este grupo o programa de administração do município foi elaborado "com base nas reivindicações populares em Uberlândia, através de reuniões regulares em cada bairro". (Zaire Rezende - Primeira hora, suplemento especial, abril de 1988). Zaire era o único candidato que já tinha uma proposta para todas as áreas. A vitória de Zaire Rezende significou um duro golpe nos setores conservadores da cidade.

Zaire, estrategicamente, desenvolve um programa de mapeamento do movimento popular, a partir das associações de moradores, reconhecendo-as e institucionalizando-as, bem como criando as que ainda não existiam; sutilmente aparelhou estas entidades pra fazer delas a própria sustentação do seu discurso, e de sua prática.

A questão que se colocava naquele momento era de como desenvolver e concretizar a proposta de Zaire Rezende. O primeiro passo foi efetivar a política de institucionalização e aparelhamento das associações de moradores, dotando-as de um caráter consultivo, de sorte que seu papel era resgatar a função assistencialista, e sendo compreendida pela prefeitura - administração pública - como uma espécie de micro-prefeitura.

O segundo passo, é naverdade o desdobramento do primeiro, isto é, a criação do Conselho Comunitário de Entidades, onde as associações, partidos e sindicatos e diretórios estudantis, juntamente com representantes do governo local, delineassem as "propostas indicativas de cada setor representado".

Numa primeira análise, parece-me que Zaire encontra o caminho da efetivação de sua política, com certa facilidade. Então veja: algumas associações de moradores preocupam-se mais com as questões imediatas, e à sua frente estão pessoas, quando não ligadas ao PMDB, são aquelas ligadas à uma teoria de que "o caminho para uma sociedade mais justa significa lutar por uma sociedade democrática e participar da democracia burguesa (teoria dos PCs e da Social Democracia - grupo do Zaire e PSB). Mas também, em Uberlândia existem associações que não estão ligadas ou atreladas, ou que não participam deste jogo da democracia burguesa, a democracia participativa.

Estas associações estão sendo aos poucos organizadas autonomamente, por pessoas que mantêm a crítica à esta administração (ligadas à Pastoral Operária e ao Partido dos Trabalhadores). Mesmo assim o trabalho ainda é debilitado, por um lado, pela própria limitação das pessoas que estão à frente destas associações, que se explica pela imaturidade e pelo trabalho que é inovador, e, a todo momento deve ser repensado. Mas o que é importante frizar é a idéia e a concepção de movimento popular, ou seja, dotado de um caráter autônomo, crítico e organizativo.

Uma outra questão que pode significar, de algum modo, esta facilidade de implantação da política de Zaire reside na sua própria política administrativa; Da qual Zaire define como "não se ater a grandes obras - marca das gestões anteriores-, mas sim a pequenas, práticas e úteis obras". Aquelas que "o povo precisa e reivindicou". Além disto Zaire conta com o apoio (financeiro e político) dos governos Estadual e Federal. Além de uma representação parlamentar expressiva (até 86 - 2 deputados federais e 2 estaduais; a partir de 86 - 1 senador, 4 deputados federais e 2 estaduais); o que significa facilidades em conseguir verbas para Uberlândia.

Um dos pontos que temos que considerar é a receita e a tributação em Uberlândia, ou seja, a cidade possui um parque industrial relativamente grande, e um dos maiores comércio atacadista do Brasil. Como

já assinalamos, no começo de nossa investigação, a cidade e' privilegiada geograficamente e por que não politicamente - obviamente a política de interesses que marca toda a sua história.

Zaire implantará, juntamente com a Secretaria de Planejamento, a divisão de tributação e arrecadação. Para isto, promoverá uma reforma no recolhimento de IPTU e ISS, no sentido de controlar a especulação imobiliária (o que não significa contê-la) e controlar as prestações de serviços (feirantes, clubes, shows, eventos esportivos, pequenos serviços autônomos, sapataria, barbearia, etc); o que representará um aumento expressivo nas arrecadações, mesmo assim, a reforma ficou no papel até 1987; já que a classe empresarial se colocou contrária à esta reforma, o que levou Zaire e seus tecnocratas a reformularem a partir das indicações dos empresários. Portanto nota-se que a preocupação é com o equilíbrio, a coexistência pacífica entre trabalhadores e não trabalhadores, "onde o central é o homem e a cidade, e que todos dêem a sua contribuição para dias melhores (Zaire Rezende) Primeira Hora - edição especial 1988).

A participação popular, para Zaire Rezende o PMDB de Uberlândia (o PMDB, além de ser um partido da burguesia, não tem uma tonalidade homogênea de discurso e prática, Na maioria das vezes muda de cidade para cidade, devido ao seu caráter fisiológico e que abriga toda espécie de pensamento liberal burguês, tanto moderno (históricos) quanto arcaico e conservador (Centrão, UBE, UDR).) consiste em seu objetivo principal. Esta participação popular, considerada pelo poder público 'democrática', em nossa análise meramente consultiva, tenta dar um sentido de legitimação da ação administrativa e política do PMDB, nesta cidade.

O importante é apontar as contradições da prática do poder público, como também as contradições da prática do movimento popular em Uberlândia.

A partir da consideração de que "democracia é um sistema de equilíbrio possível entre a decisão do poder público e a participação popular, torna-se necessário determinar a forma de interação capaz de abarcar os mais variados segmentos da população" (LENZA, S. Mundim - Orçamento Municipal de Uberlândia, 1988). Neste sentido, a gestão do prefeito Zaire Rezende, do PMDB, optou por "estretar os vínculos com as associações existentes em Uberlândia e incentivar a sua criação e de-

envolvimento onde elas não existiam, para que pudessem vir a atuar ' como canais de interrelação da comunidade com os órgãos da administração municipal"(LENZA, S. Mundim - 1988).

As passagens acima citadas refletem a preocupação do poder público local em viabilizar na prática esta "interação", ou melhor, a "democracia participativa". No entanto, sua viabilização incorre em limitações, por um lado, pelo conceito geral dispensado à democracia; e por outro, pela própria prática decorrente desta proposta. Reduziu-se a democracia em um conjunto de regras, tratando a participação política como sendo apenas um componente do jogo de interesses políticos. Deste modo colocou em segundo plano a questão da soberania popular, uma vez que a participação foi estimulada pelo poder público como um elemento de viabilização da forma de governo.

O governo Zaire Rezende fez da "participação popular" a tentativa de sua legitimação diante das classes, com o intuito de pairar sobre elas, e dizer que é um governo que trabalha pelo "bem comum da população". O que pretendia, e pretende, é a "lei do senso comum", próprio do poder burguês"(TROTSKY, 1986). Neste sentido a democracia é limitada, ou seja, Zaire não considera a democracia enquanto instrumento para a efetivação da auto-determinação dos grupamentos sociais, muito embora apregoa que sua gestão está fundamentada na participação popular: A "democracia participativa".

Esta política do PMBB em Uberlândia fica desnudada quando nos a tentamos para a questão que diz respeito à elaboração do orçamento com a participação da comunidade. A partir de 1985 começa o processo de discussão com a comunidade através das associações de moradores, juntamente com os Secretários municipais e o Prefeito, objetivando-se o levantamento das prioridades de investimento público.

A partir das reivindicações da população, através de suas associações, os secretários se reuniam e davam a resposta baseado nas possibilidades orçamentárias. É bom salientar que os dados da receita municipal são apresentados a partir da verificação dos secretários, e não pela participação desta mesma população, o que pode ocorrer em manipulação de dados, portanto, as possibilidades também estão subordinadas a quanto de capital o governo dispõe.

Em 1987 aumentou a participação da comunidade. Nos anos de 85 e 86 o processo de discussão orçamentária era iniciativa do executivo mu

nicipal, com a criação do Conselho de Entidades Comunitárias, enquanto um órgão que congrega as entidades que representam a população dos bairros (parte considerável das associações de moradores participa, deste conselho). Este conselho assumiu a tarefa de convocar e discutir com a população as suas propostas, a partir de um cronograma de reuniões que objetivasse o encaminhamento das propostas e das prioridades a serem executadas pelo prefeito. Isto significa, segundo o secretário do planejamento, a sua independência e a sua autonomia diante do poder público municipal: "A sua independência é condição necessária para uma atuação objetiva e isenta em defesa de seus associados" (LENZA, S. Mundim - PMU - 1988).

Entendo que pelo fato do conselho estar vinculado, não pela prefeitura diretamente, mas pelas condições pré-determinadas pelo poder público, no que se refere à participação popular - restrita ao papel de consultiva - este acaba sendo um legitimador da política burguesa do prefeito Zaire Rezende.

Discordo da afirmação do Secretário, de que o conselho é independente, primeiro porque ele não tem um poder de fato à frente da administração (questão das possibilidades orçamentárias que barram as suas propostas); e segundo porque elas não constituem um eixo de luta, mas sim um elenco de reivindicações.

Com relação à questão de ocupação e uso do solo em Uberlândia, os dados (oficiais) são alarmantes e demonstram o descompromisso da administração pública para com a classe trabalhadora. Em dezembro de 1987 (quatro anos depois da posse de Z. Rezende), o executivo local, através da Secretaria de Planejamento, deu entrada de um projeto, deu entrada em um projeto de "Lei e Uso e Ocupação do Solo", na Câmara Municipal. A lei visa dar um tratamento 'científico' à questão urbanística de Uberlândia.

Este 'tratamento científico' reflete a política do senso comum (burguesa) e não avança para uma efetiva reforma urbana sob controle da classetrabalhadora, de baixa renda. Estudos feitos pela Secretaria de planejamento indicam que a cidade tem 40 habitantes por hectare; dos 160 mil lotes existentes em Uberlândia apenas 80 mil contém residências (decorrente da famigerada especulação imobiliária). Isto se acentua nos últimos anos a tal ponto que existe hoje uma carência em torno de 20 mil residências em Uberlândia. Em 1985, segundo o CEPES-UFU, em cada residência moravam 4 pessoas; hoje este índice subiu para 5,5 pes

soas, "principalmente a população de baixa renda, nas periferias, passou a acumular; se apertar em uma só residência, constata Roberto Curry (CEPES-UFU).

Mesmo a par desta situação o Conselho de Entidades Comunitárias apresentaram um elenco de sugestões para os 3 últimos anos da atual administração, pela ordem de priorização:

1. transporte coletivo urbano
2. apoio ao menor ( sem especificar quem é este menor)
3. saúde
4. abastecimento de alimentos
5. segurança pública
6. urbanização e saneamento (1)
7. habitação (2)
8. educação
9. lazer
10. assentamentos dos trabalhadores rurais" (3) ok .

(1) Dentro da sugestão urbanização e saneamento, o conselho considera necessário implementá-la a partir dos bairros periféricos, "estabelecendo um plano mais acessível para a quitação do benefício de pavimentação. Com relação aos terrenos baldios e os terrenos das imobiliárias, aumentar progressivamente o IPTU... é uma maior taxa sobre os terrenos localizados no centro e nas áreas mais urbanizadas" (CECU). Segundo o conselho, isto inibiria a especulação imobiliária; mas o que interessa para a nossa verificação é entender o princípio da manutenção da propriedade privada e não da expropriação.

(2) Aparece como 7ª prioridade, isto quer dizer que um dos maiores problemas dos trabalhadores, sua moradia, deixada de ter uma solução urgente, apesar da administração municipal e o próprio conselho de entidades atribuírem a esta questão como 'o maior problema dos trabalhadores de baixa renda.

(3) Uma questão que também está ligada ao urbanismo aparece como a "última prioridade". A proposta do conselho para o assentamento dos trabalhadores rurais é reformista e de coexistência pacífica entre as classes possuidoras e despossuídas. A justificativa é a seguinte: "criação de um programa de assentamento de trab. rurais na área rural do município em terras pertencentes à prefeitura, como passo inicial para a realização da reforma agrária".

No programa do candidato da situação, Luiz Alberto Rodrigues, do PMDB, apadrinhado por Zaire Rezende, dar-se-á "continuidade ao trabalho feito por seu antecessor". "participação e desenvolvimento" é este binômio que norteia o seu programa.

"O desenvolvimento que propomos é composto de duas variáveis que devem se integrar: o econômico e o social. O crescimento econômico deve ser buscado pela iniciativa privada, com incentivos e apoio do governo municipal no que couber, através da busca de industrialização e do aumento das atividades geradoras de riqueza, com o aumento da oferta de empregos e salários"(Luiz Alberto Rodrigues, 1988).

"Enfim, a administração deve garantir o desenvolvimento e a paz social, através de todos os segmentos da sociedade." Conclui Luiz Alberto.

Portanto, é nítido que, tanto Zaire como o seu candidato à sua sucessão, apostam em um desenvolvimento econômico convivendo harmonicamente com o bem estar social "produzido" por este mesmo desenvolvimento. São adeptos do "capitalismo humano", em que os tres interessados-TRABALHADORES, PATRÕES E GOVERNO-devem desempenhar papeis o sucesso do plano de governo proposto: 1-A participação popular; 2-Probidade e competência da administração pública; 3-Crescimento de investimentos dos empresários.

Em essência, o governo se propõe a "pairar" sobre as classes através de um "pacto social", visando "sobretudo a cidade de Uberlândia". Tenta administrar as diferenças e não extingui-las. Sem sombra de dúvidas a continuidade do programa da administração(82/88) significará a continuidade das diferenças sociais, de uma sociedade estratificada, que favorece as minórias possuidoras e que sustenta o capitalismo. Mas os trabalhadores de baixa renda pensam. Qual a sua prática? Veremos.

Em meados de junho de 1988 os secretários se reuniram com os representantes de outras entidades, tendo como objetivo colher as reivindicações e sugestões para enquadrá-las no projeto de orçamento para o ano de 1989.

Num primeiro momento o secretário de planejamento urbano fez uma rápida explanação das receitas e despesas necessárias para o próximo ano (previsões).

"Esperamos que o governo federal tome medidas no sentido de reverter essa espiral inflacionária, esta expectativa de inflação que nunca aconteceu no Brasil, tanto deste ano como a do ano passado e provavelmen



te a do ano que vem, se ela continuar crescendo na velocidade com que este no momento(...) Pegando isto como referência, nós teríamos para o ano de 1989 então um orçamento de 46 a 47 bilhões de cruzados"(LENZA). Acrescenta que com as despesas de custeio e manutenção da prestação de "teremos um saldo de 12,4 bilhões para viabilizar as prioridades que nós elegeremos até 10 de agosto (...) prioridades que serão escolhidas por todos nós"(LENZA - Sec. do Planejamento).

Com estes dados demonstrados fica claro que apenas um quarto da receita é destinada para as reivindicações da população, ou seja, não são prioridades da atual administração melhorias sociais, além do mais os dados são tomados como verdade. Em toda a reunião não houve nenhum questionamento sobre a veracidade dos dados.

Participaram da Reunião:

Prefeito - Zaire Rezende

Secr. Mun. do Planejamento

Secr. Mun. do Meio Ambiente

Secr. Mun. de serviços urbanos

Auritiano Neves Moreira (presidente interino da associação dos aposentados e pres. dos carroceiros)

Augustinho Mâncio de Oliveira (Assoc. Morad. do Bairro Tancredo Neves Planalto)

Amália (Assoc. teatro e grupo teatral Davi)

Antônio Roni (conselho de entidades comunitárias e conselho comunitário de saúde e previdência social)

Associação dos moradores do conjunto Alvorada

Sebastiana (assoc. dos moradores do Jardim Brasília)

Associação dos moradores do Bairro Tocantins

Carlos (assoc. dos moradores do B. Segismundo Pereira)

Associação dos Cabelereiros e ass. morador B. Industrial (m/m repres.)

Eduardo (associação de morad. do B. Pacaembú)

Associação dos moradores do B. Marta Helena

Assoc. dos locatários do mercado municipal

Eduardo (assoc. dos artesãos de Uberlândia)

Assoc. dos moradores do B. Martins

Assoc. dos moradores do B. Santa Mônica

Kênia ( AFADA)

Margarethe (Assoc. moradores do distrito de Miraporanga).

Assoc. dos moradores do B. Santa Luzia

Elcio (conselho de Martinésia)  
Irma Rezende (conselho de Cruz Branca)  
Cidineis (conselho de olhos d'água)  
Edson Pereira (cons. comunitário Tenda Morena)  
Rafael (assoc. dos moradores do B. Liberdade)  
Mauro Gianotti (ass. moradores B. N. S. das graças)  
Cleidimar (assoc. dos moradores do B. Roosevelt)  
Divino Moreira (repres. do B. Tayamã e assoc. Jardim das Palmeiras)  
Clóvis (assoc. dos moradores do B. Santa Maria)

Ao resgatar a fala dos representantes notamos que os seus discursos - alguns deliberados em assembléia dos moradores, outros por conta própria - revelam questões ora de essência reivindicatória, ora de indignação. Isto é, na primeira questão reivindicam melhorias que acreditam serem solucionadas por concessão do poder público. Na segunda questão encerram mais um descontentamento, muito embora não produza choques entre eles e o poder. Tentaremos discutir estes dois casos.

Augustinho Mâncio de Oliveira, presidente da associação dos moradores do B. Planalto e Tancredo Neves, se enquadra perfeitamente no primeiro caso. Este senhor preparou (não esclarece se estas reivindicações foram tiradas em assembléia dos moradores) um elenco de reivindicações a serem solucionadas:

1) calçamento do B. Planalto e Tancredo Neves, que ainda não foi feito, "mas parece que a possibilidade é mínima de ser realizado, portanto, na impossibilidade da administração pública realizar em 1988, eu gostaria que fosse lançado no orçamento de 1989"(Augustinho).

2) posto de saúde

3) poliesportivo

4) posto policial

5) "um grupo escolar no B. Planalto", tendo em vista o crescimento populacional do bairro, argumenta o representante do conjunto T. Neves, a "escola está superlotada, inclusive lá, são quatro períodos de aulas".

6) Necrotério para o cemitério Campo de Bom Pastor.

7) Uma ponte interligando meu bairro com o bairro Luizote de Freitas.

"nós precisamos ter um intercâmbio comercial".  
E conclui dizendo "Quero agradecer a todos e se Deus quiser, eu tenho certeza que, quero agradecer também ao prefeito Zaire Rezende, nesta abertura de todas as entidades comunitárias poderem participar

deste orçamento. E se Deus quizer, eu tenho certeza que, com essas entidades comunitárias com todos unidos nós haveremos de, em 89, dar continuidade a essa abertura, dar continuidade a esse programa da democracia participativa".

Notamos que o Sr. Augustinho acredita na solução das "reivindicações dos moradores"; mas é necessário ressaltar que apesar de tudo que carece naqueles bairros-que até agora a administração ainda não solucionou- este morador ainda tem esperanças. É com esta "esperança" e esta "gratidão", que o Sr. Augustinho foi escolhido pelo PMDB de Uberlândia a sair como candidato à Câmara Municipal de Uberlândia.

A representante da Associação de Moradores do Bairro Tocantins reivindica "a pavimentação das ruas, principalmente, ou pelo menos as ruas dos ônibus. O bairro é sozinho não tem ligação com outros bairros, é separado e dividido por fazendas e por uma BR, então, a gente precisa de um poliesportivo, um lazer aonde o recurso dos habitantes de lá são poucos e eles têm que deslocar de lá para outros bairros". E finaliza colocando que certamente as autoridades presentes não queriam escutar: "Aliás, o Tocantins é tão carente que tudo o que precisa lá é com urgência".

O Senhor Carlos, representante da associação dos moradores do B. Segismundo Pereira, ao reivindicar mais escolas para o Bairro, afirma: "queremos, então, um prédio novo para o bairro, para não ter estes 3 a 4 turnos como está tendo". Esta fala demonstra o descaso com a educação por parte da administração, e indica a falta de assistência social tanto a nível municipal, quanto a nível estadual e federal.

Eduardo, representante da associação dos moradores do B. Pacaembú, enfatiza os problemas vividos pela população deste bairro: "o bairro, hoje em Uberlândia, está sendo considerado o maior crescimento em construções pelas construtoras tanto Fonseca e Freitas, e, recentemente, pela RF Empreendimentos, o que se sucede atualmente. A construção simplesmente vai a um determinado local, constrói-se as casas, as pessoas adquirem estas casas através do plano financiado pela CEF, as pessoas habitam estas casas e ficam lá. O B. Pacaembú, hoje, não existe uma infra-estrutura para as ruas, o bairro está sendo construído há mais ou menos 5 anos, e, simplesmente foi desprezado. Os moradores reivindicam o asfaltamento das ruas do bairro, a construção de uma praça

pública, a instalação de um telefone público, pois a CTBC não nos atende no bairro; e a construção de nossa sede própria".

Notamos com isto que no Pacaembú "simplesmente falta tudo", ao contrário do que diz a administração pública: "estamos assistindo toda a população, sem distinção" (Zaire Rezende - primeira Hora- 1988).

Sra. Vipes, presidente do B. Santa Luzia, começa seu discurso agradecendo o prefeito Z. Rezende: "Uberlândia nunca teve um prefeito igual ao Zaire Rezende, e é lógico a gente quer ter um prefeito melhor que ele". E tem gente boa por aí com competência". Continua: "O Santa Luzia é um dos bairros mais privilegiados, porque a nossa associação é a que mais cobra".

Suas reivindicações vão desde a instalação de telefones públicos, passando pela construção do hospital municipal, até a construção do centro administrativo nas imediações da avenida João Naves de Ávila com a Av. Rondon Pacheco. Se coloca contra a criação da CMTC, por achar que "uma maior fiscalização da administração pública nos ônibus privados, Transcol e Nacional, farão com que eles atendam melhor".

Sobre as favelas, deve dar "continuidade na retirada das favelas, tem gente que acha que isto é horrível, que o pessoal fica jogado pelos cantinhos, mas foi um trabalho muito bem feito, eu acho que esta é a melhor maneira de retirar as favelas, onde se dá os terrenos e o pessoal paga mais barato". Finaliza propondo: "a criação de subprefeituras que visa descentralizar a administração pública como em São Paulo e Belo Horizonte".

O representante do Jardim das Palmeiras reivindica a pavimentação das ruas daquele bairro e, denuncia: "faz dois anos que nós pedimos e não foi feito, foi feito reuniões com o Zaire, com o Secretário e não foi atendido até hoje. Agora eu peço que pavimente, mas não podemos esperar até 89; porque o pessoal já pediu iluminação e até agora nada foi feito, acho que o prefeito tem condições para fazer isto este ano e não no próximo. Por isto nós não podemos deixar não, doutor Zaire, isto aí é coisa séria, porque se não tomar uma providência nós vamos ter que tomar uma providência mais séria. O pessoal não tem nem mesmo condição de andar na rua à noite, porque não tem iluminação e a poeira é demais (...). Pra finalizar gostaríamos que a manutenção das creches continuasse, pois não sabemos se o próximo prefeito irá manter, então, pedimos que o senhor deixasse um documento muito bem declarado

pra que eles continuassem o mesmo mandato".

O Jardim das Palmeiras, como demonstra o representante dos moradores, carece de pavimentação. Mais ainda, carece de atenção, como ele próprio disse: "isto é coisa séria"; esquecida há mais de dois anos. São estas declarações que notabilizam as contradições do discurso e da prática do poder público municipal nas mãos do PMDB. Discurso em que se apregoa "o homem como sendo o centro da nossa administração"(Zaire).

4

...

Neste momento é necessário investigar e analisar o discurso e a prática dos segmentos que se colocam independentes em relação à política da administração municipal do PMDB. Para a satisfação deste objetivo, entrevistamos algumas pessoas que se destacam na organização popular, entrevistamos algumas pessoas que se destacam na organização popular do Bairro Jaraguá: Luiz Cláudio Maciel, morador do Jaraguá, diretor da associação dos moradores daquele bairro há 3 anos; Pedro Alves Fernandes, morador do bairro e diretor da gestão passada (secretário geral); Adejane Carvalho (Capixaba), presidente da gestão passada e Luiz Alves Fernandes, da gestão 84/86. Todos participaram da fundação da associação, e até hoje participam do movimento no bairro.

Segundo o Sr. Adejane, em 1980 havia um movimento dos moradores que reivindicavam melhorias para o bairro, mais ou menos 6 pessoas formavam um grupo que objetivava organizar as reivindicações e discutiam com a população: "Em 1983 algumas professoras precisavam de uma quadra, então pediu às pessoas para organizar a associação e pedir a quadra".

A associação não participa do Conselho Comunitário, foi apenas na primeira reunião, porque "sentimos que as propostas vinham de cima para baixo, onde as nossas prioridades não eram atendidas, sentimos discriminados pela administração devido ao fato de nós sermos petistas, e que nós fomos prá defender o PT" (Adejane Carvalho).

A partir deste momento a associação tentou articular com outras a centralização de algumas reivindicações comuns: "Reuniram 4 associações (Jaraguá, Planalto, J. das Palmeiras e Tubalina), e tiramos a proposta de reivindicar a iluminação para a av. Getúlio Vargas" (LUIZ CLÁUDIO).

Em 1984 fizeram em conjunto com a associação dos Moradores do Tubalina uma manifestação na praça pelas "diretas já". Um outro episódio que caracterizou a sua autonomia diante do poder público foi a recusa

em participar de uma comemoração (promovida pela Secretaria do Trabalho e Ação Social) do dia 7 de Setembro. Uma passeata que contaria com todas as escolas, associações, partidos, enfim, "todos os segmentos da sociedade Uberlandense, que juntos fariam a caminhada da independência" (Niza Ribeiro - Secr. Trabalho e A. Social). "Apesar de ter discutido com os moradores a associação não participou, pois entendia que era necessário caminhar "pela" independência" (LUIZ CLÁUDIO).

Luiz Alves nos colocou que a Associação participa da ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares -. Aqui em Uberlândia participam deste movimento, também as associações de moradores do Bairro Tubalina, Lagoinha, Bom Jesus e do B. Liberdade.

"A ANAMPOS surgiu logo depois da fundação da CUT - Central Única dos trabalhadores - , inicialmente como sendo uma entidade que reunia as oposições as associações, com os seguintes princípios: "Combatividade, Independência político-partidária" (LUIZ ALVES).

Todos estes relatos caracterizam a autonomia deste movimento em relação ao poder público municipal. Mas e sua prática? Como se mobilizam? Quais as limitações?

Luiz Cláudio diz que "...capacidade de mobilização, se a gente quiser, a gente mobiliza, pelo tanto que conhecemos as pessoas". No entanto, assinala Pedro Alves, a atual diretoria da associação, é composta em sua maioria de pessoas pró Virgilio Galassi, e que "eles olham um pouco desviado prá nós, eles querem melhorias, não interessa a quem reivindicar".

Uma outra dificuldade colocada pelo Sr. Adejane é a questão da discussão política a partir dos problemas vividos por eles, além do mais "o pessoal quer ver resultados, senão vai perdendo o crédito na gente" (ADEJANE). Por exemplo: "A associação conseguiu o asfalto pro bairro, mas de péssima qualidade, o que faz com que, dependendo do benefício, a associação pode ou não ser bem vista pela população representada por ela" (IDEM).

Neste sentido todos são unânimes em afirmar que a administração pública utiliza muito bem os seus instrumentos de cooptação. Por exemplo, a questão do leite, que é repassado em Uberlândia pela Secretaria de bem estar social, através do programa do SEAC ( órgão do governo federal) mostra a manipulação da administração sobre as associações: "eles tentam consumir o tempo da diretoria na distribuição do leite ao carente, tentando impedir a discussão política atinente aos moradores.

As reuniões normais são esvaziadas, enquanto que as de distribuição do leite ficam cheias" (PEDRO).

Diante disso Luiz Cláudio entende que devem ser adotadas algumas estratégias, ou seja, trazer a população para a discussão através de "planfetos e divulgação simples e objetiva, que cheguem até os moradores e que eles entendam e tenham interesse; e para isto tem que chamar para uma reivindicação para depois politizar"(LUIZ CLÁUDIO).

Todos contestam a "democracia participativa": "a gente só fala, isto não basta, tem é que resolver; e o governo não resolvia"(IDEM).  
Outro fato é que a população não associa Zaire Rezende ao PMDB - o Partido de Newton Cardoso - para ela "Zaire é uma coisa e o PMDB é outra" (IDEM). (S)

Para estes entrevistados da associação de moradores do bairro Jaraguá, a política do Zaire "é uma maneira de enganar o povo, participar é diferente, não como Zaire usa. Se é democracia participativa, então ele não apoiaria Newton Cardoso e a Nova República de Sarney; eles só querem melhorar a sua imagem, como se fosse a ilusão do plano cruzado" (ADEJANE, 1988).

Para estes militantes só existe uma saída: a organização independente dos trabalhadores, 'sem a tutela do Estado', que se coloca no campo da formulação crítica deste 'estado de coisas capitalista'. Ao se colocarem neste campo, compreenderam que o poder do Estado, em todos os níveis, quer a manutenção deste sistema, ora baixando a repressão direta, ora "humanizando" o exercício de seu poder, tentando administrar a coisa pública em "benefício de todos"; forjando uma sustentação popular através da cooptação de seus líderes. Estes relatos, mais ainda, a prática demonstrada por estas pessoas, me leva a compreender que a superação é uma proposta construída a cada dia, por cada pessoa, visando sobretudo dias melhores com justiça e liberdade.

qual superação? desta maneira...

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1º de Janeiro de 89 toma posse como prefeito o Deputado Constituinte Virgílio Galassi, que foi o vitorioso nas eleições de 15 de Novembro deste ano. Sua vitória em Uberlândia é consequência da rearticulação dos grupos empresariais dominantes na cidade, que se agruparam no Movimento Democrático Uberlandense (MDU - composto pelos partidos PFL, PDS, PDT e PL). Esta vitória foi considerada pelas listas políticas da cidade como um duro golpe no PMDB de Zaire Rezendes. Segundo dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral, Virgílio Galassi obteve 43% dos votos, contra 30% do PMDB - Luiz Alberto, 10,51% do PSDB e 2,10% do PT; os votos nulos e em branco totalizaram 22.820 (15%).

A luz destes dados podemos verificar que a população percebeu que não aguenta mais o arrocho salarial imposto pelo PMDB da Nova República. Com isto, sua votação significou um repúdio à esta política. Mas, em Uberlândia, temos que levar em consideração o porque das classes desfavorecidas votarem em um candidato que é do Centrão (grupo de deputados constituintes pró-Sarney e contra os trabalhadores) e da UDR ( que é contra a reforma agrária).

Neste sentido, precisamos analisar as alternativas que dispoñha a classe trabalhadora, desiludida com o PMDB. Embora o PMDB local, como já analisamos anteriormente, tenha um discurso "progressista" e populista, tem também uma política corporativista em relação às entidades, e a população votou contra a continuidade desta política. A população votou em Virgílio Galassi. Foi conscientemente? Porque não votou em candidatos comprometidos com a sua organização e com suas necessidades?

É evidente que a população tem consciência ~~que~~ desta situação de miséria ~~por~~ <sup>para</sup> qual ela passa, a qual o PMDB não conseguiu resolver; e isto resultou em seu protesto; mas não é evidente que ela tenha consciência de quem é Virgílio Galassi e o que ele representa - suas ligações com o Centrão e com a UDR.

Tínhamos em Uberlândia outras alternativas: o PSDB (dissidência do PMDB), que se considera de centro-esquerda, mas cuja proposta não teve a aprovação do eleitorado; coligado com os PCs - que tinham objetivos meramente eleitorais, e, portanto, sem um projeto que visasse solucionar o problema da sociedade, ao nível da administração pública.



O Partido dos Trabalhadores tem um projeto de organização da sociedade a partir dos conselhos populares - de caráter deliberativo e autônomo-, diferenciado da política do PMDB local, intitulada "democracia participativa" - como vimos, que, na prática, aparelhava estas entidades como forma de obter uma sustentação para as soluções reformistas. Entretanto, este projeto conseguiu pouca adesão (somente 2,10% do eleitorado); haja visto que esta agremiação ainda não tem uma estrutura capaz de agrupar em torno de si o conjunto dos movimentos, e, principalmente, pelos meios de comunicação tolhem sua participação igualitária nas propagandas eleitorais ( no horário eleitoral gratuito o PT tinha somente 3 minutos ao dia de participação).

É previsível medidas impopulares por parte da nova administração municipal, como também é previsível uma resposta do movimento popular, sobretudo em sua organização politizada e consciente.

A polarização, o agudizamento da luta de classes, certamente propiciam um manancial de elementos a serem compreendidos e analisados por nós historiadores.

(6)

## VI. BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Antônio. Movimentos Sociais e Populares Urbanos. São Paulo, PUC (mimeog. - tese de mestrado), 1986.
2. BRANT, Vinícius Caldeira e SINGER, Paul. São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis, Vozes, 1982
3. CAMARGO, Azael Rangel. Cidade e Estado. São Paulo, ILCSE/UNESP/ENERU, s.d. p.111-148
4. HUNGRIA, Ronan. Movimento social urbano, Uberlândia 1959-1985. Uberlândia, UFU (trabalho - texto), 1988.
5. LEGOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: novos objetos. Trad. de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.
6. LENZA, Saul Mundim. Orçamento Municipal de Uberlândia. Uberlândia, Secretaria Municipal de Planejamento (monografia-2ª versão), 1988. 49p.
7. NÍZIA. Democracia Participativa em Uberlândia. Uberlândia, UFU, 1988.
8. OLIVEIRA, Francisco de. "O Estado e o Urbano". In: Espaço e Debates. São Paulo, Cortez, 1982. p.36-54
9. SILVA, Delcimar B. e outros. Contradições do espaço urbano; Uberlândia; o que se vê, o que se vive. Uberlândia, UFU (Trabalho - texto), 1987.
10. SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. São Paulo, USP (texto), 1979.
11. TROTSKY, Leon. Moral e Revolução. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

\*\*\*

### Impressos:

1. RODRIGUES, Luis Alberto. Programa de Governo para Uberlândia, 89/93. Uberlândia, Diretório Municipal do PMDB, 1988.
2. UBERLÂNDIA- PREFEITURA MUNICIPAL. Revista comemorativa dos 100 anos. Você participou, você ganhou! PMU- assessoria de comunicação, maio de 1988.
3. UBERLÂNDIA -PREFEITURA MUNICIPAL. Ações de Governo. PMU- secretaria municipal de Planejamento, junho de 1987. 76p.
4. UBERLÂNDIA- PREFEITURA MUNICIPAL. Habitação Popular: a solução comunitária. PMU -Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, 1988.

5. UBERLÂNDIA- PREFEITURA MUNICIPAL. Uberlândia. Construindo uma Sociedade mais justa, livre e humana. PMU - assessoria de comunicação social, 1985.
6. UBERLÂNDIA. PREFEITURA MUNICIPAL. Síntese dos 3 anos e meio do governo Zaire Rezende. PMU - assessoria de comunicação social, agosto de 1986.

...

Periódicos:

1. REVISTA VEJA. "Uberlândia, uma cidade sem crise". 18 de novembro de 1987.
2. JORNAL PRIMEIRA HORA - Suplemento especial. "O Governo que fez o povo decidir". Abril de 1988.
3. REVISTA FLASH, nº 9. Uberlândia. Setembro de 1988. p.12-13.
4. REVISTA DISTAK'S, nº 12. Uberlândia, 100 anos. Junho de 1988. pg. 26-29

obs

- ① A introdução poderia ser mais ampla, reforçada a crítica de maneira mais clara, as objeções, justificativas, problematizar a hipótese, bem como as possibilidades e as fontes e a disponibilidade de fontes.
- ② As fontes utilizadas nunca chegaram ao conhecimento do aparelho do Estado.
- ③ O Estado possui esta instituição enquanto administrador da "coisa" pública. Entretanto o Brasil é repassado ao "povo" e a muito dentro, as partes.
- ④ Estes documentos poderiam ser mais explorados, permitindo até que se confira a eficácia da "liberdade" documental, e assim, o ponto são elementos de distribuição.
- ⑤ Ao ser apresentada em um momento de debate, não se trata de uma expectativa que seja cumprida, mas sim de uma expectativa que seja cumprida.